

Estudo Técnico Preliminar 20/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 60340.000123/2022-35

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de material a ser distribuído, no decurso das fases que compõem as Operações do Projeto Rondon, aos rondonistas (universitários e professores) e coordenadores que atuando diretamente na execução das Operações e contribuindo para o alcance dos resultados almejados, possibilitem a realização de todas as atividades previstas. Os itens a serem adquiridos visam atender a demanda para o ano 2022, ano que ocorrerá a eleição presidencial, bem como permitir atender outras demandas, principalmente, aquelas de caráter inopinado.

2.2. Justificativa e objetivo da aquisição

2.2.1. O Projeto é uma ação do Governo Federal que tem por finalidade “viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento local sustentável e de fortalecimento da cidadania”.

2.2.2. Para tanto, o Projeto Rondon foi estruturado para executar as suas ações mediante a orientação de um Comitê de Orientação e Supervisão (COS), criado pelo Decreto Presidencial de 14 de janeiro de 2005 (atualizado pelo Decreto nº 9.848, de 25 de junho de 2019) e presidido pelo Ministério da Defesa. Conta, ainda, com a participação de militares das Forças Armadas, autoridades municipais e estaduais, lideranças comunitárias locais, agentes multiplicadores, difusores e replicadores, e a comunidade em geral.

2.2.3. Nas atividades do Projeto, participam, de forma voluntária, estudantes e professores universitários, denominados Rondonistas.

2.2.4. Cabe ao Ministério da Defesa prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução das Operações do Projeto Rondon que são apoiadas por unidades militares localizadas em cidades, denominadas "Centros Regionais", e que ocorrem anualmente em regiões que apresentem maiores índices de pobreza e exclusão social, bem como áreas isoladas, viabilizando a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas comunidades menos assistidas do território nacional. Os itens a serem adquiridos por este Ministério é constituído de uniforme, bloco de anotação, crachá, etc, e servirá para a distribuição, no decurso das fases que compõem as Operações do Projeto Rondon, aos Rondonistas (universitários e professores) e coordenadores que atuam diretamente na execução das Operações e contribuem para o alcance dos resultados almejados. Os itens visam atender a demanda para o ano 2022, ano que ocorrerá a eleição presidencial, bem como permitir atender outras demandas, principalmente, aquelas de caráter inopinado.

2.2.5. Uma operação do Projeto Rondon, normalmente, tem início com a definição da área onde será realizada a ação e a seleção dos municípios que irão receber os Rondonistas, preferencialmente, aqueles com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, necessidades em infraestrutura, gestão pública deficiente, etc. Concluída essa etapa, o gerente e coordenadores apresentam o projeto ao estado e às prefeitura e obtém junto à administração estadual e municipal o concorde de suas participações na operação. Esse levantamento é transformado em práticas que são expressas no edital de convite às Instituições de Ensino Superior (IES).

2.2.6. A prefeitura que aceita fazer parte de uma operação, em contrapartida, se responsabiliza pela alimentação, hospedagem e transporte dos militares, estudantes e professores universitários que participam do projeto, durante o período programado para as atividades no município.

2.2.7. O modelo atual do Projeto Rondon busca desenvolver ações que possam trazer benefícios duradouros para a comunidade. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de tarefas com as lideranças locais, os agentes públicos, os professores, os agentes de saúde e etc, fazendo deles multiplicadores do conhecimento adquirido. Com a finalidade de trazer benefícios permanentes para essas comunidades, as ações são divididas em Áreas Temáticas de acordo com o conjunto exposto a seguir: Conjunto "A" (Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde), Conjunto "B" (Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho) e Conjunto "C" (Cobertura Jornalística e Produção de conteúdo).

2.2.8. Os convites para as operações são publicados no Diário Oficial da União (DOU) e divulgados para as IES, preferencialmente, por meio do sítio do Projeto Rondon e de mensagens eletrônicas (mala direta). Consequentemente, as IES interessadas enviam seus planos de trabalho elaborados para atender às ações relacionadas no convite de cada operação.

2.2.9. A seleção dos planos de trabalho é realizada pela Comissão de Avaliação de Propostas do Projeto Rondon (CAPPR), nomeada pelo coordenador-geral do Projeto Rondon e composta por técnicos dos ministérios que compõem o COS. A metodologia do processo assegura a participação nas operações, em igualdade de condições, de instituições públicas e privadas, da esfera federal, estadual e municipal, oriundas de todas as regiões do país.

2.2.10. Para cada município são selecionadas duas IES (uma do Conjunto "A" e outra do Conjunto "B"). Também é selecionada uma do conjunto C para realizar a cobertura de comunicação social de toda Operação. Depois de selecionadas as instituições que atuarão em cada município, as IES designam um professor responsável para participar da "viagem precursora". Durante essa etapa, com o apoio do MD, Organizações Militares e Governos Municipais, os professores viajam até os municípios que serão atendidos e participam de reuniões com as lideranças municipais para redefinirem as ações que serão efetivamente desenvolvidas, ajustando as ações de suas propostas de trabalho à realidade local e às necessidades específicas de cada comunidade.

2.2.11. A operação tem a duração normal de quinze dias. No primeiro dia, acontece a concentração dos Rondonistas na cidade selecionada como "Centro Regional" da operação. O segundo dia é reservado para a cerimônia de abertura da operação e para a ambientação dos Rondonistas à região onde atuarão. No terceiro dia de operação, os Rondonistas deslocam-se para os municípios onde realizarão os trabalhos atinentes a cada conjunto. Na manhã do penúltimo dia, os Rondonistas retornam ao "centro regional", onde é realizada a reunião de encerramento da operação. No último dia, os Rondonistas retornam às cidades de origem. Além das atividades mencionadas, ocorrem anualmente uma reunião de professores e congresso nacional de dois em dois anos, com a finalidade de discutir o aprimoramento do citado projeto.

2.2.12. Diante do acima exposto, justifica-se a aquisição dos itens para a distribuição aos Rondonistas (universitários e professores) e coordenadores, sem o qual as Operações do Projeto Rondon ficam comprometidas.

2.3. Com base nos incisos I e II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme abaixo transcrito:

"I - quando, pelas características do bem ou serviço, **houver necessidade de contratações frequentes;**

II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;" **grifo nosso.**

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SG/SEPESD/DEPENS/DIPRES	LENINE SANTIAGO PRADO - Maj

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução abrange a aquisição de material a ser distribuído, no decurso das fases que compõem as Operações do Projeto Rondon, aos rondonistas (universitários e professores) e coordenadores que atuando diretamente na execução das Operações e contribuindo para o alcance dos resultados almejados, possibilitem a realização de todas as atividades previstas. Os itens a serem adquiridos visam atender a demanda para o ano 2022, ano que ocorrerá a eleição presidencial, bem como permitir atender outras demandas, principalmente, aquelas de caráter inopinado.

4.1.1. Os requisitos indispensáveis do objeto a adquirir para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, estão dispostos na própria especificação técnica de cada um dos itens.

4.2. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

4.2.1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.3. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, só será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021):

Item	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.
1 a 4	De acordo com o Anexo I da IN nº 11/IBAMA/2018 o fabricante deverá apresentar o certificado de regularidade emitido pelo IBAMA (CTF), conforme sua categoria de cadastro de atividade.

4.3.1. A conformidade com o solicitado no subitem 4.3. se dará por certidão emitida pelo IBAMA; o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021).

4.3.2. a apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; e

4.3.3. caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

4.4. De acordo com o Inciso I do art. 48 da Lei Complementar (LC) nº 123/2006, atualizada pela LC nº 147/2014, e o art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, **todos os itens deste instrumento**, são destinados, **exclusivamente**, para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como para Sociedades Cooperativas, por força da Lei nº 11.488/2007.

5. Levantamento de Mercado

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

5.A.1. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 13 de setembro de 2021, às 16h49min no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a aquisição dos materiais, através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado nos pregões abaixo, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços:

Período Pesquisado - 13/01/2020 até 13/01/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160069 - COMANDO LOGISTICO	Pregão 00019/2019	01/04/2020 01/04/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX	Pregão 00019/2019	27/01/2020 27/01/2021

52121 - COMANDO DO EXERCITO	160026 - COMANDO DA 22 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	Pregão 00036/2019	24/04/2020 24/04/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160446 - 62 BATALHAO DE INFANTARIA	Pregão 00004/2019	31/01/2020 31/01/2021
20701 - INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	193099 - MMA-IBAMA - DEFIN/DF	Pregão 00019/2019	11/05/2020 11/05/2021

5.A.2. Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

5.B.1. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um material **comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002**, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

5.B.2. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita, em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A aquisição dos itens em tela almeja contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania e com o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades carentes, usando as habilidades universitárias. Visa, por intermédio do Projeto Rondon, ação interministerial do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, proporcionar conhecimento de aspectos peculiares da realidade brasileira ao estudante universitário e desenvolver sentimentos de responsabilidade social, espírito crítico e patriotismo.

6.1.1. A partir da licitação que se pretende realizar, espera-se adquirir os referidos materiais, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU Termo de Referência - Modelo para compras - Pregão Eletrônico, Atualização: Junho/2021, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

6.2. Não se vislumbra, neste momento, vantajosidade e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas aos itens, pois se tratam de material a ser distribuído, no decurso das fases que compõem as Operações do Projeto Rondon.

6.3. Qualificação Técnica:

6.3.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.3.1.1. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência (em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União), conforme tabela abaixo:

--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	BANNER MEDIO1,5 X 1,35	UN	1
2	BANNER PEQUENO 0,80 X 2,5	UN	26
3	MOCHILA	UN	166
4	CHAPÉU	UN	166

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As memórias de cálculo dos quantitativos, conforme prescreve o inc. VI, do art. 7º da IN 40/2020, levou em consideração as operações realizadas no período de janeiro de 2018 a janeiro de 2020, englobando o universo de 07 operações. Considerou-se 03 operações anuais, abrangendo até 16 municípios por operação, com envolvimento de até 342 componentes, bem como a composição dos kits estabelecidos por participante. Conforme segue a tabela abaixo:

Item	Especificação	UN	Qtd
1	BANNER MEDIO1,5 X 1,35	UN	4
2	BANNER PEQUENO 0,80 X 2,5	UN	87
3	MOCHILA	UN	554
4	CHAPÉU	UN	554

7.2. Em observância ao disposto no Art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização. A referida quantidade foi obtida, a partir de fatos concretos e série histórica do consumo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 117.485,26

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		Código do SIASG
				Unitário R\$	Total R\$	
1	BANNER MEDIO 1,5 X 1,35: vinil/ Lona; Impressão: 4/0 Cores; Acabamento: Galhardete/ Ilhós/ Standard / Tubete com cordão. Formato: "B" - 150 x 135 cm.	UN	4	R\$ 162,32	R\$ 649,28	BR0150293
2	BANNER PEQUENO 0,80 X 2,5: vinil/ Lona; Impressão: 4/0 Cores; Acabamento: Galhardete/ Ilhós/ Standard / Tubete com cordão. Formato: "C" - 0,80 X 2,5 cm.	UN	87	R\$ 181,58	R\$ 15.797,46	BR0150293
3	MOCHILA: confeccionada em lona de oxford e emborrachado (tecido com laminado pvc) cor preta, tamanho 31,0 cm de largura x 46,0 cm de altura x 13,0 cm de lateral, toda forrada internamente com tecido nylon premium reforçado resinado 210. Dentro do compartimento principal possui 02 bolsos, sendo um tamanho de 35,0 cm altura x 25,0 cm largura e 7,0 cm de fole, para acondicionar um notebook, acolchoado com isomanta de 4,0 mm, forrado com resinado 210, fechado com uma tampa de 20,0 cm, velcro e 02 fitas de poliamida com largura 25,0 mm travadas com fechos tic tac de nylon e o outro bolso de nylon resinado 210, tamanho 22,0 cm x 31,0 cm, fechado com velcro. Na frente a mochila possui um bolso tamanho 26,0 cm largura x 24,0 cm de altura com aba de 2,5 cm e sobre este outro bolso chapado tamanho 24,0 cm de largura x 20,0 cm de altura, todos eles fechados com zíper nº 08 com dois cursores, inclusive o corpo principal da mochila. Na lateral possui dois bolsos com tela de algodão, tipo colmeia e com elástico na tampa; cada lateral possui travas de fita poliamida 25,0 mm com regulador de nylon premium reforçado 25,0 mm. A base de apoio e costa da mochila é acolchoada com isomanta 8,0 mm possuindo ainda nas costas, lado externo tela aerada para conforto térmico do usuário. Alças de ombro reguláveis e acolchoadas com isomanta 8,0 mm e forradas no lado externo com lona de oxford e emborrachado, e no lado interno - que faz contato com o corpo do usuário - com tela aerada e regulada com fitas de poliamida 25,0 mm e passador de nylon premium reforçado. Costura reforçada (02 COSTURAS) especial das alças em toda a sua extensão. Alça de mão com fita poliamida 30,0 mm acolchoadas com isomanta e pegador de borracha, costura reforçada (02 COSTURAS) sobre fita poliamida 40,0 mm e costuras reforçadas (02 COSTURAS) ao longo da parte superior da mochila. Capacidade para 33 litros. Impressão em sublimação com a ilustração da campanha, a logomarca do Projeto Rondon, "marca de governo", nome do "Ministério da Defesa" e o caminho de	UN	554	R\$ 133,45	R\$ 73.931,30	BR0390029

	acesso ao site do Projeto Rondon www.gov.br/defesa/projetorondon .					
4	CHAPÉU: modelo "Safari" unissex, em brim pesado, costura em toda a aba, botões metálicos, de pressão, nas 02 (duas) laterais. Acabamento com entretela e cordão para pescoço com regulador plástico. Personalizado a 04 cores na frente (bordado) e 04 cores atrás, com a logomarca do Projeto Rondon e o nome do "Ministério da Defesa".	UN	554	R\$ 48,93	R\$ 27.107,22	BR0000027
CUSTO TOTAL ESTIMADO R\$						117.485,26

8.2. O valor máximo aceitável é de R\$ 117.485,26 (cento e dezessete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e seis centavos), conforme o Mapa Comparativo dos Preços (4878534) e Análise Crítica dos Preços (4880690), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que as divulgações dos valores estimados podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as obras, serviços e compras efetuadas pela administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A despeito disso, o decreto nº 7.892/2013, em seu art. 8º, previu a possibilidade de divisão do objeto em lotes:

“Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.”.

9.3. Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pela organização do certame em itens. É necessário salientar que a divisão levou em consideração a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos.

9.4. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.5. Opção de aquisição por: **Menor preço por item.**

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Quanto a contratações correlatas e/ou interdependentes para os materiais em tela, informo que os referidos itens não foram adquiridos recentemente.

10.2. A presente aquisição apresenta-se como uma atividade final, ou seja, é um evento único que após realizado não há a necessidade de se realizar outras contratações.

10.2.1. Além disso, não devem ser feitas contratações prévias para atendimento dos objetivos pretendidos com essa aquisição.

10.2.2. Dessa forma, não existem contratações interdependentes que guardem relação com o objeto principal, interligando-se à pretendida aquisição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16 do Decreto 10.947 de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.2. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.3. Os materiais foram incluídos nos **itens nº 1.327 a 1.330 do PGC 2022**, no valor estimado de **R\$ 117.485,26**.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com a aquisição dos materiais que englobam o presente processo de modo que este atenda às necessidades do Ministério da Defesa - MD.

12.1.1. Os ganhos diretos que se almejam com a compra dos materiais em tela, dar-se-á com a possibilidade da aquisição a um valor a baixo da pesquisa de preços realizada e na satisfação do setor demandante.

12.2. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, efetivamente foi previsto conforme item 4.2. a aquisição de bens que atendam ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010 e somente deverá ser admitida a oferta do produto se o **fabricante** estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU /AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021).

12.2.1. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

12.2.2. Do exposto, de forma indireta, com a previsão do CTF, esta administração visa adquirir produtos que visam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. Essas atitudes que preservam os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão relacionadas a diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma aquisição comum.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no subitem 4.2. deste instrumento.

14.2. No subitem 4.3. deste instrumento, foi previsto que a oferta de para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, só será admitida a oferta do produto se o Fabricante estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da aquisição de material a ser distribuído, no decurso das fases que compõem as Operações do Projeto Rondon, aos rondonistas (universitários e professores) e coordenadores que atuando diretamente na execução das Operações e contribuindo para o alcance dos resultados almejados, possibilitem a realização de todas as atividades previstas, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 3789, de 13 de setembro de 2021 (4042364), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 42, de 22 de outubro de 2021 (4175932), foi designada a equipe de planejamento da contratação e a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 2110, de 12 de abril de 2022 (4910906), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 15, de 14 de abril de 2022 (4892394), substituição de integrante requisitante.

I - na condição de integrante requisitante: Maj LENINE SANTIAGO PRADO, CPF: ***.920.028-**, lotado na Departamento de Projetos Sociais (DPS) da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD);

II - na condição de integrante administrativo: STen ANTONIO CARLOS DE CARVALHO CPF: ***.574.524-**, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ) do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais (DESEG); e

III - na condição de integrante técnico: Cb (EB) HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA, CPF: ***.310.955-**, lotado na DIPRES/DEPENS/SEPESD.

16. Responsáveis

LENINE SANTIAGO PRADO

Coordenador do Projeto Rondon

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO

Supervisor ASPLAQ

HENRIQUE BORGES DE OLIVEIRA

Especialista DIPRES

ODILON MAZZINI JUNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf (94.37 KB)

Anexo I - GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1 - RISCOS DA AQUISIÇÃO:

1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:.

1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).

1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).

1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.

1.2 - Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3 - Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4 - Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5 - Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6 - A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2 - POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE			
(X) Planejamento da Aquisição e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato			
RISCO 1			
Probabilidade:	() Baixa	(_X_) Média	() Alta
Impacto:	() Baixo	() Médio	(_X_) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Realizar as correções necessárias para o prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ.

RISCO 2			
Probabilidade:	(___) Baixa	(___) Média	(_X_) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Média	(_X_) Alta
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	ASPLAQ.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Anular o risco por meio de ajustes no instrumento.	ASPLAQ.	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e COLIC.	

RISCO 3			
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixo	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	ASPLAQ.	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021.	ASPLAQ.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	ASPLAQ.	
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	COLIC.	

Analisado:

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO - S Ten
Supervisor ASPLAQ